

# Resenhas

**Maria José Morgado e José Vegar. 2003. *Fraude e Corrupção em Portugal: O Inimigo Sem Rosto*. Lisboa: Publicações D. Quixote. 151 pp. ISBN: 972-20-2581-3.**

Maria José Morgado, que escreve este livro em parceria com José Vegar, é conhecida pelo seu afincado combate ao crime económico-financeiro, tendo sido responsável pela Direcção Central de Investigação da Corrupção e Criminalidade Financeira (DCICCEF) da Polícia Judiciária, exercendo, actualmente, funções de Procuradora-Geral Adjunta. Esta publicação reflecte muito da sua experiência profissional. Por seu lado, José Vegar é jornalista free-lancer e confere a este livro a sua capacidade de escrita, num texto de fácil leitura e compreensão. Cada um dos autores escreve um Prefácio. Precisamente, José Vegar afirma, no seu Prefácio, que a combinação entre a experiência jurídica de Maria José Morgado e as suas próprias ferramentas jornalísticas vem 'tornar acessível a qualquer cidadão matérias complexas, mas decisivas para a nossa vida quotidiana'.

Os autores procuraram demonstrar que os crimes económico-financeiros organizados são aqueles que maiores danos causam aos estados e aos seus cidadãos, uma vez que geram pobreza, impedem o desenvolvimento económico e, mais importante ainda, provocam injustiça social e corroem o sistema político e as instituições públicas. Utilizando o exemplo português deste tipo de crime e do seu combate, intercalando-o com uma ficção – segundo as palavras da autora – sobre a forma de actuação de grupos organizados nas áreas da fraude e crime económico, corrupção e branqueamento de capitais, os autores chamam a atenção do poder político para as dificuldades de polícias e magistrados na luta travada contra aquilo a que apelidam de 'Inimigo Sem Rosto'. Dada a verosimilhança dos detalhes, aquela 'ficção' não estará longe de factos realmente acontecidos.

Como refere a autora, no seu Prefácio, no combate à fraude económica – nome pelo

qual designarei, de forma alargada, os crimes descritos no parágrafo anterior – é 'necessário quebrar o vidro falsamente transparente' para 'compreender que a reconstituição dos circuitos desta criminalidade atravessa caminhos de poderes invisíveis que, uma vez atingidos, tudo farão para nos desviar do objectivo principal'. É igualmente fundamental, digo eu, a criação de um sistema de investigação e judicial que consiga combinar e conciliar eficácia, justiça e uma razoável celeridade.

O livro divide-se em seis capítulos, os três primeiros dedicados a cada um dos tipos de crime mais comuns nesta área (fraude e crime económico, corrupção e branqueamento de capitais). O quarto capítulo é dedicado à investigação criminal. O capítulo seguinte faz uma breve referência à relação da justiça com a comunicação social. Por fim, o sexto capítulo fornece diversas fontes de leitura adicionais para quem pretender aprofundar estas matérias.

No primeiro capítulo, os autores abordam a ideia central do livro: a fraude económica afecta bens sociais não imediatamente identificáveis, os 'bens macro-sociais', assim classificados pela jurisprudência espanhola, tais como a Legalidade, Igualdade, Concorrência Leal e a Justa Repartição de Rendimentos e Riqueza' (p.28). A simples existência destes bens, ou a sua manutenção, apesar de não serem bens transaccionáveis, permite a criação de um clima de bem-estar que faz parte daquilo a que os autores chamam de interesse social. A protecção destes bens, ou direitos (parece-me uma melhor definição), é consagrada no Direito Penal português fora do Código Penal, no chamado 'direito penal secundário'. A sua punibilidade tem um impacto menor, quando comparada com a prevista no referido Código e isto acontece, igualmente, na generalidade dos países europeus.

A esta preocupação, Maria José Morgado e José Vegar acrescentam uma outra: a de que os crimes de fraude económica 'adquiri-

ram recentemente (no início dos anos 90) características novas tais como a internacionalização, a legitimidade empresarial, a utilização de alta tecnologia' (p.30) e, talvez a mais importante 'o entrelaçamento com elementos da esfera política e partidária' (p.31). Na minha opinião, parece-me que nenhuma destas características, porém, é nova para classificar o crime organizado a que a fraude económica está normalmente ligada.

O restante capítulo é dedicado à descrição teórica das tipologias de crime económico organizado e dos respectivos modos de actuação, finalizando com exemplos práticos, através da apresentação de alguns casos em julgamento nos tribunais. Neste ponto, merece destaque um caso que envolve fraude através da Internet no qual 'o *iter criminis* [expressão do jargão jurídico que significa 'caminho do crime'] não é representado pela intervenção de uma pessoa junto de outra, mas sim mediante a interferência de um sistema informático' (p.46), o que comporta novos problemas de incriminação e de recolha de provas. Acrescento que, com a utilização cada vez mais generalizada da Internet para compras, serviços bancários, apostas, leilões, pagamento de produtos e serviços, este novo tipo de crime atinge-nos não na rua, não no trabalho, mas no sossego e na intimidade mais profunda do nosso lar.

No segundo capítulo, os autores procuram fazer um diagnóstico da corrupção em Portugal, através da descrição das formas de actuação dos 'corruptores' (bem romaneadas na continuação da 'ficção' já referida). Citando alguns dos autores mais relevantes nesta área, tentam, mais uma vez, demonstrar a ligação deste fenómeno aos círculos político-partidários: o político tem necessidade de dinheiro para alimentar as máquinas partidárias para conseguir ser eleito. Quando o consegue, aqueles que o financiaram vêm 'cobrar o favor'.

Como fonte de corrupção, merece destaque a administração pública, com dois exemplos bem documentados em Portugal: a sua burocracia (o 'imposto assassino' como foi designado num debate televisivo) que abre caminho à necessidade de suborno para simples resolução de um problema, e, por outro lado, a falta de avaliação por mérito, que leva a que 'os Directores Gerais alcancem os seus lugares quase totalmente através de nomeação partidária, o que cria um espírito mercenário e de obediência ao partido que elimina

qualquer ideal de dever de serviço ao cidadão' (p.67). Os autores destacam, igualmente, a tríade autarquias-futebol-construção civil, a que chamam 'o offshore dos pequeninos', dado que permite, em certos casos, 'as mesmas vantagens de confidencialidade e rotação de dinheiro oferecidas pelos paraísos fiscais' (p.69). Com este modelo, torna-se muito difícil atrair investimento reprodutivo, principalmente estrangeiro, gerador de desenvolvimento e riqueza.

O terceiro capítulo é dedicado ao branqueamento de capitais, a forma de tornar lícito o dinheiro proveniente dos negócios ilícitos, descritos, na gíria policial, como 'lavagem de dinheiro'. Neste sentido, são referidas algumas das formas mais comuns deste procedimento, que têm como vértice contas bancárias em offshore, os chamados paraísos fiscais, onde o rasto das transacções se perde no apertado sigilo bancário destes países. Por outro lado, é ainda mencionada a acção do GAFI (Grupo de Acção Financeira Internacional), criado em 1989 no âmbito da OCDE, 'um grupo de 28 países que emite opinião fundamentada sobre as práticas dos Estados no combate ao branqueamento, fiscaliza-os e elabora listas negras de países laxistas ou pouco cumpridores' (p.87). No que se refere a Portugal, os autores consideram que o nosso sistema de prevenção e actuação é ainda muito incipiente – o referido GAFI esteve em Portugal, em Março de 2006, e fez uma série de reparos, testemunhados pela imprensa, que corroboram a opinião deste livro, publicado três anos antes – chamando a atenção para a falta de peritos da Comissão de Mercados de Valores Mobiliários, Banco de Portugal e Inspeção Geral de Finanças que colaborem com a Polícia Judiciária na detecção daquelas transacções. Os autores alertam, ainda, para a falta de colaboração de algumas entidades bancárias, esquecendo, no entanto, que a protecção dos seus clientes é uma das razões principais da sua sobrevivência.

O capítulo quarto, designado Investigação Criminal da Fraude Económica, descreve os problemas principais com que se debate esta investigação, ao mesmo tempo que propõe algumas soluções. Entre estes problemas, destaco o 'quebrar a barreira entre polícias e magistrados' (p.123), um tema muito caro a Maria José Morgado pela sua vivência muito próxima do problema. Nota-se até um certa raiva e sentimento de impo-

tência, quando diz, sintomaticamente, que 'na maior parte das vezes, um polícia português não consegue obter autorização em tempo útil para usar procedimentos especiais de investigação' e 'mais grave ainda, é a falta de sensibilidade das magistraturas, salvo honrosas excepções, para o apoio a investigações que são demasiado complexas e que mexem com interesses demasiado poderosos' (p.102).

No capítulo quinto, Justiça e Comunicação Social, é feita uma breve referência ao segredo de justiça e à sua quebra frequente por parte da comunicação social, em Portugal e em vários países europeus. Mais uma vez, a vivência profissional da autora leva, porém, a que apenas um lado da questão seja abordado. Frequentemente, a quebra do segredo de justiça parte, na verdade, dos próprios magistrados e elementos das polícias.

Pego neste exemplo para resumir a questão, para mim central, deste livro: é um excelente guia, com óptimas indicações, para quem quer que lide com este tema, mas é, talvez, excessivamente marcado pela visão de uma autora que faz parte de um dos lados do problema. Não são referidos, nem mesmo superficialmente, temas como a protecção de dados pessoais, a lentidão dos tribunais ou o controlo interno das polícias que são um problema muito influente, caso se observe mais largamente esta problemática.

Também não é mencionado um problema mais profundo da sociedade portuguesa que agrava as dificuldades do combate à corrupção. Todos nós, uns com uma moedinha ao arrumador, outros com uns milhões em offshore, outros ainda com o silêncio não inocente face a casos que deveriam ser denunciados, contribuimos para que aquele combate seja uma luta ainda mais árdua. No fundo, corruptos somos todos nós.

**Hugo Mota Tavares**

*Instituto Superior Miguel Torga*

**Cláudio L. Eizirik, Rogério W. Aguiar e Sydney S. Schestatsky (eds.). 2005. *Psicoterapia de Orientação Analítica: Fundamentos Teóricos e Clínicos*. Porto Alegre: Ed. Artmed. 796 pp. ISBN: 85-363-0426-x.**

*Psicoterapia de Orientação Analítica: Fundamentos Teóricos e Clínicos* constitui uma referência para todos os psicoterapeutas de orientação analítica, dado apresentar o estado da arte deste modelo psicoterapêutico e da sua técnica, reunindo os fundamentos e formulações actuais, bem como a intersecção com outros campos. Diante da coexistência de inúmeros paradigmas psicanalíticos, na actualidade, por vezes em competição, os autores que contribuem para este livro procuram promover, inversamente, uma interacção complementar e geradora de crescimento e enriquecimento da prática clínica psicoterapêutica psicanalítica. Neste sentido, decorridos 15 anos após a sua 1ª edição, Eizirik, Aguiar e Schestatsky decidem elaborar, mais do que uma reedição, um novo livro, na forma de uma segunda edição, revista e ampliada, incluindo novos autores (mais de sete dezenas), de várias nacionalidades e especialistas em diversas áreas de orientação e prática analítica, no sentido de encontrar denominadores comuns psicodinâmicos e apresentar o que de melhor se pensa, investiga, ensina e aplica, neste âmbito.

Na Introdução, os autores não se limitam a apresentar e justificar a pertinência do livro, desenvolvendo considerações críticas acerca da importância da distinção epistemológica entre a psicanálise e a psicoterapia de orientação analítica, diferenças estas que sistematizam e explicam, sucintamente.

O livro é formado por cinco partes, sendo que a última constitui uma inovação, relativamente à primeira edição. Na Parte I, os Temas Introdutórios encontram-se divididos em quatro capítulos. No capítulo 1 (História da Psicoterapia), Michael Stone, um dos mais importantes historiadores actuais da psiquiatria, ocupa-se da história da psicoterapia de orientação analítica. De seguida, cabe a Robert Wallerstein, no capítulo 2 (Psicanálise e Psicoterapia de Orientação Analítica: Raízes Históricas e Situação Actual), analisar o difícil tema das diferenças entre psicoterapias e psicanálise. Jorge Ahumada e Ricardo Bernardi encerram esta Parte I, com o capítulo 3 (Psicoterapia, Ciência e Conhecimento) e capítulo 4 (Um Exemplo